

Tabela 1. Cumprimento das recomendações específicas por país e concretização de outras reformas estruturais

Número da REP (1)	Sub-categoria da REP (2)	Nº e nome da medida (3)	Informação acerca das medidas previstas e das medidas já promulgadas								Impactos previstos	
			Descrição das principais medidas com relevância direta para o cumprimento da REP					Metas Europa 2020	Desafios/Riscos	Implicações orçamentais	Elementos qualitativos	
			Principais objectivos e relevância para a REP (4)	Descrição da medida (5)	Instrumentos legais/ administrativos (6)	Calendarização dos progressos alcançados nos últimos 12 meses (7)	Calendarização dos próximos passos (8)	Contribuição estimada para as metas da Europa 2020 (9)	Desafios/riscos específicos da implementação das medidas (10)	Variação total e anual na receita e despesa do Estado Contribuição dos fundos da UE (fonte e montantes) (11)	Descrição qualitativa dos impactos previstos e respetiva calendarização (12)	
REP 1	REP 1.5 Desenvolver até ao final de 2014 novas medidas abrangentes que integrem a reforma das pensões em curso, destinadas a melhorar a sustentabilidade a médio prazo do sistema de pensões.	Medida 1 - contribuição extraordinária de sustentabilidade	Melhorar a sustentabilidade do sistema de pensões	Adopção de uma contribuição extraordinária de solidariedade (CES), que se consubstancia na aplicação de uma taxa marginal de 15% sobre o montante das pensões que exceda 11 vezes o valor do IAS (€ 4 611,42), mas que não ultrapasse 17 vezes o valor daquele indexante (€ 7 126,74), e numa taxa de 40% sobre o montante que ultrapasse 17 vezes o valor do IAS.	Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro	Em vigor desde 1 de janeiro de 2015	Em vigor até final de 2015, estando prevista a sua redução em 50% em 2016 e sua eliminação definitiva em 2017.	n.a.				
		Medida 2 – regime de atualização do IAS	Melhorar a sustentabilidade a médio prazo do sistema de pensões.	Suspensão temporária do regime de atualização do valor do indexante dos apoios sociais (IAS) e do regime de atualização das pensões e de outras prestações sociais.	Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro	Em vigor desde 1 de janeiro de 2015	Em vigor até final de 2015	n.a.				
		Medida 3 – valor nominal das pensões	Melhorar a sustentabilidade a médio prazo do sistema de pensões.	Congelamento do valor nominal das pensões, com exceção das pensões mínimas correspondentes a carreiras contributivas inferiores a 15 anos e das pensões de aposentação, reforma e invalidez e outras correspondentes a tempos de serviço até 18 anos do regime de proteção social convergente, das pensões do regime especial das atividades agrícolas (RESSAA), das pensões do regime não contributivo e regimes a este equiparados e das pensões dos regimes transitórios dos trabalhadores agrícolas, as quais foram excepcionalmente atualizadas em 1%.	Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro Portaria n.º 286-A/2014, de 31 de dezembro	Em vigor desde 1 de janeiro de 2015	Em vigor até final de 2015	Espera-se contribuir para o bem estar dos pensionistas com fracos recursos, esperando-se efeitos ao nível da incidência da pobreza e da privação material daquele grupo, por via dos rendimentos.			Espera-se contribuir para o bem estar dos pensionistas com fracos recursos, esperando-se efeitos ao nível de privação material daquele grupo. Poderá ser expectável uma redução de níveis de intensidade e severidade da pobreza	
		Medida 4 – idade de acesso à pensão de velhice	Melhorar a sustentabilidade a médio prazo do sistema de pensões.	Manutenção em 2015 do aumento para os 66 anos da idade de acesso à pensão de velhice e ajustamento automático deste parâmetro a partir de 2016, em função da evolução da esperança média de vida aos 65 anos verificada entre o segundo e o terceiro ano anteriores ao ano de início da pensão, o que permitiu determinar antecipadamente que a idade normal de acesso à pensão de velhice em 2016 irá aumentar 2 meses, passando para os 66 anos e 2 meses.	Portaria n.º 378-G/2013, de 31 de dezembro Portaria n.º 277/2014, de 26 de dezembro	Aumento para 66 anos da idade de acesso à pensão de velhice: aprovada no final de 2013, com efeitos entre 1 de Janeiro de 2014 e 31 de Dezembro de 2015; aumento para 66 anos e 2 meses da idade de acesso à pensão de velhice: determinada no final de 2014, com efeitos a 1 de Janeiro de 2016.	Até final de 2015, a idade de acesso à pensão de velhice mantém-se nos 66 anos, aumentando 2 meses em 2016, de acordo com a evolução da esperança média de vida.	n.a.				
		Medida 5 – fator de sustentabilidade	Desincentivar o acesso à pensão antecipada e melhorar a sustentabilidade a médio prazo do sistema de pensões.	Determinação do fator de sustentabilidade a aplicar no cálculo das pensões de velhice e de invalidez, a atribuir ou a conviar, respetivamente, em 2015, de acordo com os indicadores de esperança média de vida aos 65 anos de idade relativos aos anos de 2000 e de 2014, o qual foi fixado em 0,8698, sem prejuízo do fator de sustentabilidade aplicável ao montante regulamentar das pensões de invalidez relativa e de invalidez absoluta atribuídas por um período igual ou inferior a 20 anos, convalidadas em pensão de velhice em 2015, que será por motivos de salvaguarda de direitos de 0,9393.	Portaria n.º 277/2014, de 26 de dezembro	Em vigor desde 1 de janeiro de 2015	Em vigor até final de 2015	Espera-se contribuir para o aumento da taxa de emprego da população com idade entre os 20 e os 64 anos, nomeadamente através de uma maior participação dos trabalhadores idosos no mercado de trabalho.				

Número da REP (1)	Sub-categoria da REP (2)	Nº e nome da medida (3)	Informação acerca das medidas previstas e das medidas já promulgadas								Impactos previstos	
			Descrição das principais medidas com relevância direta para o cumprimento da REP					Metas Europa 2020	Desafios/Riscos	Implicações orçamentais	Elementos qualitativos	
			Principais objectivos e relevância para a REP (4)	Descrição da medida (5)	Instrumentos legais/ administrativos (6)	Calendarização dos progressos alcançados nos últimos 12 meses (7)	Calendarização dos próximos passos (8)	Contribuição estimada para as metas da Europa 2020 (9)	Desafios/riscos específicos da implementação das medidas (10)	Variação total e anual na receita e despesa do Estado Contribuição dos fundos da UE (fonte e montantes) (11)	Descrição qualitativa dos impactos previstos e respetiva calendarização (12)	
		Medida 6 – acesso à pensão antecipada	Limitar transitoriamente o acesso à pensão antecipada e melhorar a sustentabilidade do sistema de pensões.	Em 2015, apenas os beneficiários com idade igual ou superior a 60 anos de idade e, pelo menos, 40 anos de carreira contributiva, podem aceder antecipadamente à pensão de velhice no âmbito do regime de flexibilização. Anteriormente, tinham direito à antecipação da idade de pensão de velhice, os beneficiários que tinham, pelo menos, 55 anos de idade e que, à data em que perfizessem esta idade, tivessem completado 30 anos civis de registo de remunerações relevantes para cálculo da pensão.	Decreto-Lei n.º 8/2015, de 14 de janeiro	Em vigor desde 1 de janeiro de 2015	Em vigor até final de 2015, prevendo-se que as condições suspensas em 2012 voltem a aplicar-se no ano de 2016	Espera-se contribuir, ainda que transitoriamente, para o aumento da taxa de emprego da população com idade entre os 20 e os 64 anos, nomeadamente através de uma maior participação dos trabalhadores idosos no mercado de trabalho.				
REP 1	Controlar o crescimento das despesas de saúde e prosseguir com a reforma hospitalar.	Medida 1 - quota de genéricos	Controlar a despesa pública com Saúde	Aumentar a quota de genéricos para 60%.								
		Medida 2 - desmaterialização da receita médica	Controlar a despesa pública com Saúde	Desmaterialização do circuito de prescrição da receita médica.								
		Medida 3 - acordo com a indústria farmacêutica	Controlar a despesa pública com Saúde	Acordo com a indústria farmacêutica para a limitação da despesa pública.								
		Medida 4 - avaliação das tecnologias da saúde	Reavaliar a comparticipação nos medicamentos e avaliar os dispositivos médicos, o que produzirá poupanças significativas no futuro, contribuindo para o controlo da despesa pública com saúde.	Avaliação das tecnologias da saúde.								
		Medida 5 - Plataforma de Dados de Saúde	Permitir a partilha de dados entre os agentes da prestação de cuidados (Utentes, profissionais do SNS e de fora do SNS), o que contribui para controlar a despesa pública com saúde.	Criação de uma plataforma web que disponibiliza um sistema central de registo e partilha de informação clínica.		Maior de 2012: lançamento do Portal do Utente Junho de 2012: lançamento do Portal do Profissional						
		Medida 6 - revisão das Redes de Referência e centros de referência	Continuar com a reforma hospitalar, eliminando duplicações e combatendo o desperdício, melhorando em simultâneo a qualidade dos serviços prestados.	Revisão das Redes de Referência e centros de referência.	Portaria n.º123-A/2014 de 19 de junho e Portaria n.º 194/2014 de 30 de setembro							
		Medida 7 - devolução dos hospitais às Misericórdias	Continuar com a reforma hospitalar	Regulação da forma de devolução dos hospitais pertencentes às Misericórdias, que são atualmente geridos por estabelecimentos ou serviços do SNS, reconhecendo que as Misericórdias por si só, ou pela via da sua União, aliam as exigências técnicas da prestação de cuidados de saúde, à sua vocação e tradição multiseculares, à ausência de fins lucrativos e à proximidade das populações, o que as torna importantes parceiros do Estado na área da saúde.	Decreto-Lei n.º 138/2013 de 9 de outubro							
		Medida 8 - implementação do regime de convenções	Continuar com a reforma hospitalar	Implementação do regime de convenções, lançando os acordos quadros e contratos de adesão.	Decreto-Lei n.º 138/2013 de 9 de outubro							
REP 2	REP 2.1 Manter a evolução do salário mínimo coerente com os objetivos de promoção do emprego e da competitividade.	Medida 1 – salário mínimo nacional	Manter a evolução do salário mínimo coerente com os objetivos de promoção do emprego e da competitividade. A atualização do salário mínimo permitirá sinalizar, entre os parceiros sociais, a necessidade de compatibilizar a dinâmica de atualização e crescimento dos salários com a evolução da produtividade, funcionando como um mecanismo de coordenação informal.	Atualização do valor da remuneração mínima mensal garantida para 505 € mensais (anteriormente, 485 €), na sequência do congelamento nominal do seu valor, o qual vigorava desde 2011.	Decreto-Lei n.º 144/2014, de 20 de outubro	Em vigor desde 1 de outubro.	Em vigor até 31 dezembro de 2015.	Reforço da taxa de emprego 20-64 pelo incentivo a maior participação no mercado de trabalho e pelo efeito positivo na procura interna.			Este aumento está em linha com a evolução da produtividade do trabalho, correspondendo a uma atualização de 0,25% ao nível da massa salarial na economia e não comprometendo a competitividade das empresas. Medida incluída na CSR 3.2	
		Medida 2 - apoio ao emprego		Medida temporária, resultante do aumento do valor da retribuição mínima mensal garantida, que consiste na redução da taxa contributiva a cargo da entidade empregadora no valor de 0,75 pp, referentes a contribuições relativas às remunerações devidas entre os meses de novembro de 2014 e janeiro de 2016.	Decreto-Lei n.º 154/2014, de 20 de outubro	Em vigor desde novembro 2014.	Em vigor até janeiro de 2016.	Aumentar a taxa de emprego do grupo 20-64 anos.		Estimativa de custo para 240 mil trabalhadores nas empresas elegíveis: 16 M€.		

Número da REP (1)	Sub-categoria da REP (2)	Nº e nome da medida (3)	Informação acerca das medidas previstas e das medidas já promulgadas								Impactos previstos	
			Descrição das principais medidas com relevância direta para o cumprimento da REP					Metas Europa 2020	Desafios/Riscos	Implicações orçamentais	Elementos qualitativos	
			Principais objectivos e relevância para a REP (4)	Descrição da medida (5)	Instrumentos legais/ administrativos (6)	Calendarização dos progressos alcançados nos últimos 12 meses (7)	Calendarização dos próximos passos (8)	Contribuição estimada para as metas da Europa 2020 (9)	Desafios/riscos específicos da implementação das medidas (10)	Variação total e anual na receita e despesa do Estado Contribuição dos fundos da UE (fonte e montantes) (11)	Descrição qualitativa dos impactos previstos e respetiva calendarização (12)	
Rep2	REP 2.2 Assegurar um sistema de fixação de salários que promova o alinhamento dos salários e da produtividade a nível setorial e/ou a nível de empresa. Explorar, em consulta com os parceiros sociais e de acordo com as práticas nacionais, a possibilidade de uma suspensão temporária dos acordos coletivos mutuamente acordada a nível de empresa. Até setembro de 2014, apresentar propostas sobre a suspensão temporária dos acordos coletivos mutuamente acordada a nível de empresa, bem como sobre a revisão da sobrevivência de acordos coletivos.	Medida 1 - negociação coletiva	Promover a negociação coletiva ao nível empresarial.	Ajuntamento um novo critério de representatividade, alternativo, para efeitos de emissão de portaria de extensão: a parte empregadora subscritora da convenção coletiva deve ter ao seu serviço, pelo menos, 50% dos trabalhadores do sector de atividade, no âmbito geográfico, pessoal e profissional de aplicação pretendido; ou o número dos respectivos associados, diretamente ou através da estrutura representada, ser constituído, pelo menos, em 30% por micro, pequenas e médias empresas.	Resolução do Conselho de Ministros n.º 43/2014, de 27 de junho					Sem efeito orçamental.	Espera-se que esta medida venha estimular a contratação coletiva, em particular a celebração de novos contratos coletivos, salvaguardando a competitividade das pequenas e médias empresas nacionais.	
		Medida 2 - sobrevivência dos acordos coletivos	Rever a sobrevivência de acordos coletivos.	O prazo de sobrevivência das convenções coletivas cuja cessação dependa da substituição por outro instrumento de regulamentação coletiva de trabalho foi reduzida de 5 para 3 anos, em caso de cessação, a convenção permanece em regime de sobrevivência durante a negociação por um prazo mínimo de 12 meses e máximo de 18 meses.	Lei 55/2014, de 26 de agosto		Em setembro de 2015 será efectuada nova consulta aos parceiros sociais para nova redução do prazo.			Sem efeito orçamental.	Espera-se que esta medida estimule a contratação coletiva, em particular pela mais frequente atualização dos contratos coletivos.	
		Medida 3 - suspensão temporária dos acordos coletivos	Explorar, em consulta com os parceiros sociais e de acordo com as práticas nacionais, a possibilidade de uma suspensão temporária dos acordos coletivos mutuamente acordada a nível de empresa.	A convenção coletiva ou parte dela pode ser suspensa temporariamente na sua aplicação, em situação de crise empresarial, por motivos de mercado, estruturais ou tecnológicos, catástrofes ou outras ocorrências que tenham afetado gravemente a atividade normal da empresa, desde que tal medida seja indispensável para assegurar a viabilidade da empresa e a manutenção dos postos de trabalho, por acordo escrito entre as associações de empregadores e as associações sindicais outorgantes sem prejuízo da possibilidade de delegação.	Lei 55/2014, de 26 de agosto					Sem efeito orçamental.	Esta medida ajudará a dinamizar a contratação coletiva, permitindo maior facilidade para o ajustamento de empresas em situações económicas mais adversas.	
		Medida 4 - suspensão temporária dos acordos coletivos	Explorar, em consulta com os parceiros sociais e de acordo com as práticas nacionais, a possibilidade de uma suspensão temporária dos acordos coletivos mutuamente acordada a nível de empresa.	Promulgação do prazo para a suspensão das disposições das convenções coletivas e dos contratos de trabalho que tenham entrado em vigor antes de 1 de agosto de 2012, que regulam o pagamento de trabalho extraordinário e do trabalho realizado em dia feriado que não o definido no Código do Trabalho, bem como o direito ao descanso compensatório.	Lei 48-A/2014, de 31 de julho					Sem efeito orçamental.		
REP 3	REP 3.2 Proseguir a reforma em curso das políticas ativas de emprego e dos serviços públicos de emprego a fim de aumentar as taxas de emprego e de participação no mercado de trabalho, nomeadamente melhorando a orientação profissional/assistência na procura de emprego e sistemas de ativação/sanções com vista a reduzir o desemprego de longa duração e a integrar as pessoas que se encontram mais afastadas do mercado de trabalho.	Medida 1- Plano de Relançamento do Serviço Público de Emprego	Proseguir a reforma dos serviços públicos de emprego (orientação / assistência na procura de emprego).	Continuação da implementação do Plano de Relançamento do Serviço Público de Emprego tendo em vista elevar a eficiência e qualidade dos serviços prestados aos desempregados e aos empregadores e melhorar o ajustamento entre a oferta e a procura de emprego, procurando contribuir para a redução da duração do desemprego e promover a qualidade das colocações.	Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2012, de 9 de março		Aumentar a taxa de emprego do grupo 20-64 anos	Aumentar a taxa de emprego do grupo 20-64 anos				
		Medida 2 - Estímulo Emprego	Proseguir a reforma das políticas ativas de emprego (sistemas de ativação).	Medida de apoio à contratação de desempregados que consiste em apoio financeiro aos empregadores que celebrem contratos de trabalho com desempregados inscritos nos SPE.	Portaria n.º 148-A/2014, de 24 de Julho	Em vigor desde agosto 2014		Aumentar a taxa de emprego do grupo 20-64 anos				
		Medida 3 - Estágios Emprego	Proseguir a reforma das políticas ativas de emprego (sistemas de ativação).	Medida de apoio à transição para a vida ativa através de experiências práticas em contexto de trabalho.	Portaria n.º 148-B/2014, de 24 de Julho	Em vigor desde agosto 2014		Aumentar a taxa de emprego do grupo 20-64 anos				
		Medida 4 - Medida Incentivo Emprego	Proseguir a reforma das políticas ativas de emprego (sistemas de ativação).	Apoio financeiro, correspondente a 1% da remuneração do trabalhador, aos empregadores que, entre 1 de outubro de 2013 e 30 de setembro de 2015, celebrem contratos de trabalho regulados pelo código de trabalho.	Portaria n.º 17/2014, de 27 de janeiro (e Declaração de Retificação n.º 5/2014, de 3 de fevereiro) que altera a Portaria n.º 286-A/2013, de 16 de setembro	Em vigor desde setembro de 2013, com alterações em 2014		Aumentar a taxa de emprego do grupo 20-64 anos				
		Medida 5 - Incentivo à Aceitação de Ofertas de Emprego	Proseguir a reforma das políticas ativas de emprego (sistemas de ativação).	Medida de apoio financeiro aos desempregados titulares de prestações de desemprego que aceitem ofertas de emprego apresentadas pelos SPE.	Portaria n.º 26/2015, de 10 de fevereiro	Em vigor desde 11 fevereiro 2015, abrangendo os contratos celebrados desde 1 janeiro 2015		Aumentar a taxa de emprego do grupo 20-64 anos				

Número da REP (1)	Sub-categoria da REP (2)	Nº e nome da medida (3)	Informação acerca das medidas previstas e das medidas já promulgadas								Impactos previstos	
			Descrição das principais medidas com relevância direta para o cumprimento da REP						Metas Europa 2020	Desafios/Riscos	Implicações orçamentais	Elementos qualitativos
			Principais objectivos e relevância para a REP (4)	Descrição da medida (5)	Instrumentos legais/ administrativos (6)	Calendarização dos progressos alcançados nos últimos 12 meses (7)	Calendarização dos próximos passos (8)	Contribuição estimada para as metas da Europa 2020 (9)	Desafios/risco específicos da implementação das medidas (10)	Variação total e anual na receita e despesa do Estado Contribuição dos fundos da UE (fonte e montantes) (11)	Descrição qualitativa dos impactos previstos e respetiva calendarização (12)	
REP 3	REP 3.2 Prosseguir a reforma em curso das políticas ativas de emprego e dos serviços públicos de emprego a fim de aumentar as taxas de emprego e de participação no mercado de trabalho, nomeadamente melhorando a orientação profissional/assistência na procura de emprego e sistemas de ativação/sanções com vista a reduzir o desemprego de longa duração e a integrar as pessoas que se encontram mais afastadas do mercado de trabalho.	Medida 6 - Promoção de Igualdade de Género no Mercado de Trabalho	Incentivar a contratação de desempregados do sexo sub-representado em determinada profissão.	Medida de apoio financeiro ao empregador, que consiste numa majoração do apoio atribuído no âmbito: (i) da medida Estímulo Emprego; (ii) de futuras medidas de apoio à contratação financiadas pelos serviços públicos de emprego que não excluam essa majoração.	Portaria n.º 84/2015, de 20 de março	Em vigor desde 21 de março 2015		Aumentar a taxa de emprego do grupo 20-64 anos pela maior participação no mercado de trabalho				
		Medida 7 - Apoio à Mobilidade Geográfica no Mercado de Trabalho	Prosseguir a reforma das políticas ativas de emprego (sistemas de ativação).	Medida de apoio à mobilidade geográfica dos indivíduos no mercado de trabalho, visando a sua dinamização e a satisfação das ofertas de emprego, criar condições favoráveis à aceitação de ofertas de emprego por parte dos desempregados e à criação do próprio emprego, melhorar a redistribuição geográfica e profissional da mão-de-obra e diminuir o risco de desemprego de longa duração. Esta medida destina-se a desempregados inscritos nos SPE há, pelo menos, três meses e compreende duas modalidades de apoio financeiro: (i) apoio à mobilidade temporária, (ii) apoio à mobilidade permanente.	Portaria n.º 85/2015, de 20 de março	Em vigor a partir de 20 de abril 2015		Aumentar a taxa de emprego do grupo 20-64 anos				
		Medida 8 - Reativar	Prosseguir a reforma das políticas ativas de emprego (sistemas de ativação).	Medida de apoio à transição para a vida ativa de desempregados de longa e muito longa duração, através de experiências práticas em contexto de trabalho, com a duração de 6 meses.	Portaria n.º 86/2015, de 20 de março	Em vigor a partir de 20 de abril 2015		Aumentar a taxa de emprego do grupo 20-64 anos				
		Medida 9 – política de emprego	Prosseguir a reforma das políticas ativas de emprego e dos serviços públicos de emprego.	Novo diploma legal que define os objetivos e os princípios da política de emprego e regula a conceção, a execução, o acompanhamento, a avaliação e o financiamento dos respetivos programas e medidas.	Decreto-lei n.º 13/2015, de 26 de janeiro			Aumentar a taxa de emprego do grupo 20-64 anos				
	REP 3.3 Dar resposta à questão do desemprego dos jovens, em especial através da efetiva antecipação das competências necessárias e de uma intervenção relativamente a jovens não registados, em conformidade com os objetivos da «Garantia para a Juventude».	Medida 1 - Portal da Garantia Jovem	Responder à questão do desemprego dos jovens - antecipação das competências necessárias.	Criação de sítio eletrónico agregador de informação diversa sobre a GJ, de primeiro diagnóstico e de encaminhamento para as respostas.				Aumentar a taxa de emprego do grupo 20-64 anos. Diminuir a taxa de abandono precoce de educação e formação.				
		Medida 2 - Rede de Parceiros	Responder à questão do desemprego dos jovens - antecipação das competências necessárias.	Conjunto de intervenientes públicos e privados, de nível nacional, regional e local ou ainda setorial, e que intervém de forma complementar nos diferentes níveis de implementação da GJ, desde o diagnóstico à oferta das diversas respostas de integração.				Aumentar a taxa de emprego do grupo 20-64 anos. Diminuir a taxa de abandono precoce de educação e formação.				
		Medida 3 - Emprego Jovem Ativo	Responder à questão do desemprego dos jovens - intervenção.	Desenvolvimento de experiências práticas em contexto de trabalho por equipas de jovens, compostas por 2 ou 3 jovens desfavorecidos do ponto de vista das qualificações e da empregabilidade e 1 jovem qualificado, tendo em vista melhorar as suas condições de integração socioprofissional.	Portaria n.º 150/2014, de 30 de julho	Em vigor desde 30 de agosto de 2014		Aumentar a taxa de emprego do grupo 20-64 anos. Diminuir a taxa de abandono precoce de educação e formação.				
		Medida 4 - Programa Investe Jovem	Responder à questão do desemprego dos jovens - intervenção.	Programa destinado a promover a criação de empresas por jovens desempregados, através das seguintes modalidades de apoio: (i) apoio financeiro ao investimento; (ii) apoio financeiro à criação do próprio emprego dos promotores; (iii) apoio técnico na área do empreendedorismo para reforço de competências e para a estruturação e consolidação do projeto.	Portaria n.º 151/2014, de 30 de julho	Em vigor desde 30 de setembro de 2014		Aumentar a taxa de emprego do grupo 20-64 anos. Diminuir a taxa de abandono precoce de educação e formação.				
		Medida 5 - Estágios profissionais na Administração Pública	Responder à questão do desemprego dos jovens - intervenção.	Integração ao nível do desenvolvimento de programas de estágios profissionais na Administração Pública central e local (PEPAC e PEPAL), bem como nas representações diplomáticas de Portugal no exterior (Programa de Estágios nas Embaixadas e Serviços Consulares).				Aumentar a taxa de emprego do grupo 20-64 anos.				

Número da REP (1)	Sub-categoria da REP (2)	Nº e nome da medida (3)	Informação acerca das medidas previstas e das medidas já promulgadas								Impactos previstos	
			Descrição das principais medidas com relevância direta para o cumprimento da REP						Metas Europa 2020	Desafios/Riscos	Implicações orçamentais	Elementos qualitativos
			Principais objetivos e relevância para a REP (4)	Descrição da medida (5)	Instrumentos legais/ administrativos (6)	Calendarização dos progressos alcançados nos últimos 12 meses (7)	Calendarização dos próximos passos (8)	Contribuição estimada para as metas da Europa 2020 (9)	Desafios/riscos específicos da implementação das medidas (10)	Variação total e anual na receita e despesa do Estado Contribuição dos fundos da UE (fonte e montantes) (11)	Descrição qualitativa dos impactos previstos e respetiva calendarização (12)	
REP 3	REP 3.4 Garantir uma cobertura adequada da assistência social, incluindo o Rendimento Social de Inserção, assegurando simultaneamente a ativação efetiva dos beneficiários de prestações sociais.	Medida 1 - Programa de Emergência Social (PES)	Responder, no curto prazo, às carências sociais graves decorrentes do desemprego, da precarização do emprego, do score-endividamento e da destruturação social e familiar, procurando assegurar a proteção dos seus direitos de cidadania num contexto reconhecidamente difícil.	Programa dinâmico e aberto a novas medidas e soluções, ou mesmo a soluções à medida, com mecanismos de execução passíveis de ajustamento no terreno, assente em cinco grandes eixos: 1. Famílias, em particular as mais vulneráveis; 2. Idosos com baixos rendimentos; 3. Pessoas com deficiência e/ou incapacidade; 4. Voluntariado; 5. Instituições de solidariedade social.	n.a.	Programa quadrienal, com início em Outubro 2011.		Ver Nota infra		Investimento de 983 milhões de euros	Espera-se que abranja cerca de 3 milhões de pessoas.	
		Medida 2 - Mercado social de arrendamento	Resolver as dificuldades de acesso à habitação das famílias, possibilitando a oferta de imóveis com rendas 30% abaixo do mercado normal.	Disponibilização de casas a preços inferiores aos do mercado (rendas até 30% abaixo relativamente aos valores normalmente praticados em mercado livre)	Medida inscrita no Programa de Emergência Social.			Impacto na privação (por exemplo, no item 'atraso, motivado por dificuldades económicas, em algum dos pagamentos regulares relativos a rendas, prestações de crédito ou despesas correntes). (Alcance limitado) Ver nota infra.			> 1000 Casas 100 Municípios 32% do território nacional	
		Medida 3 - Programa de Emergência Alimentar	Criar uma rede solidária de cantinas sociais.	Acesso a refeições diárias para as pessoas e/ou famílias que mais necessitem.	Medida inscrita no Programa de Emergência Social.			Ver Nota infra		50 milhões de euros (despesa).	Em dezembro de 2014, existiam 845 Protocolos, para um total de 49 024 refeições diárias, quando no passado, em 2011, existiam cerca de 60 cantinas.	
		Medida 4 - Rede Local de Intervenção Social	Potenciar a concertação da atuação dos diversos organismos e entidades envolvidos. Assegurar a coordenação eficiente de todos os agentes, meios e recursos. Promover o desenvolvimento de mecanismos e estratégias no âmbito da intervenção social. Reforçar a plataforma de colaboração estabelecida com as entidades que localmente prestam serviços no âmbito da ação social. Promover plataformas de colaboração com as entidades com intervenção em áreas complementares ao âmbito da ação social, previamente consensualizadas em sede de Comissão Nacional de Avaliação e Acompanhamento dos Protocolos e Acordos de Cooperação (CNAAPAC). Assegurar o acompanhamento social das situações de vulnerabilidade, nomeadamente através da gestão, a nível local, dos programas criados para esse efeito. Assegurar os recursos necessários para fazer face às situações de crise e ou emergência social, bem como de comprovada carência económica. Promover iniciativas de experimentação social que se constituam como novas abordagens de resposta a problemas emergentes identificados nos territórios.	Plataforma colaborativa local de intervenção social assente numa intervenção articulada e integrada de entidades com responsabilidade em ação social e que visa potenciar uma atuação concertada dos organismos e entidades envolvidas na prossecução do interesse público e promover a implementação de novos mecanismos de atuação e diferentes estratégias de ação em resposta às necessidades sociais.	Despacho 12154/2013, de 11 de setembro – Criação da RLIS Despacho n.º 11675/2014, de 18 de setembro – Regulamento específico que estabelece o modelo e o funcionamento da Rede Local de Intervenção Social			Ver Nota infra		Programa (co)financiado por fundos comunitários	Em 2015, estão em curso 17 projetos-piloto, designadamente 12 projetos de atendimento/accompanhamento social e 5 de atendimento social.	
		Medida 5 - Serviço de Atendimento Social e/ou Acompanhamento Social	Informar, aconselhar e encaminhar para respostas, serviços ou prestações sociais adequados a cada situação; apoiar em situações de vulnerabilidade social; prevenir situações de pobreza e de exclusão sociais; contribuir para a aquisição e ou fortalecimento das competências das pessoas e famílias, promovendo a sua autonomia e fortalecendo as redes de suporte familiar e social; assegurar o acompanhamento social do percurso de inserção social.	Serviço que assegura pela modalidade de atendimento social e/ou pela modalidade de acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como de emergência social (com exceção de catástrofes naturais, calamidades públicas ou outras ocorrências cobertas por legislação específica).	Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro – Regulamenta o SAAS			Ver Nota infra		Programa (co)financiado por fundos comunitários		
		Medida 6 - Majoração do subsídio de desemprego	Dar maior proteção nas situações em que ambos os cônjuges, ou equiparados, estão a receber subsídio de desemprego e têm filhos a cargo. Esta majoração também se aplica quando o subsídio pertence a um agregado monoparental e tem filhos a cargo.	Majoração em 10% do valor do subsídio de desemprego de cada um dos cônjuges, ou do beneficiário integrado num agregado monoparental.	Artigo 119.º da Lei 82-B/2014, de 31 de dezembro Medida inscrita no Programa de Emergência Social			Pode influenciar incidência, severidade e intensidade da pobreza dos agregados com crianças. Pode influenciar a privação material pelo ganho nos rendimentos.		Montante processado com majoração de 10% do subsídio de desemprego em cada ano: 2012 - 2.231.935 2013 - 5.448.548 2014 - 3.873.882	A majoração de 10% do subsídio de desemprego abrangeu em cada ano os seguintes beneficiários: 2012 - 7.691 2013 - 13.584 2014 - 12.168	
		Medida 7 - Proteção no desemprego	Melhorar a eficácia e eficiência da proteção e reforçar as condições de atribuição e manutenção das prestações.	Alterações ao regime de proteção no desemprego: redução do prazo de garantia de 450 para 360 dias; definição do valor máximo mensal do subsídio de desemprego em 2,5 vezes o IAS; redução do subsídio de desemprego em 10% após 180 dias.	Decreto-Lei 64/2012, de 15 de março (alterou o Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de novembro)			Pode influenciar incidência, severidade e intensidade da pobreza. Pode influenciar a privação material pelo ganho nos rendimentos.				

Número da REP (1)	Sub-categoria da REP (2)	Nº e nome da medida (3)	Informação acerca das medidas previstas e das medidas já promulgadas							Impactos previstos	
			Descrição das principais medidas com relevância direta para o cumprimento da REP					Metas Europa 2020	Desafios/Riscos	Implicações orçamentais	Elementos qualitativos
			Principais objetivos e relevância para a REP (4)	Descrição da medida (5)	Instrumentos legais/ administrativos (6)	Calendarização dos progressos alcançados nos últimos 12 meses (7)	Calendarização dos próximos passos (8)	Contribuição estimada para as metas da Europa 2020 (9)	Desafios/riscos específicos da implementação das medidas (10)	Variação total e anual na receita e despesa do Estado Contribuição dos fundos da UE (fonte e montantes) (11)	Descrição qualitativa dos impactos previstos e respetiva calendarização (12)
REP 3	Garantir uma cobertura adequada da assistência social, incluindo o Rendimento Social de Inserção, assegurando simultaneamente a ativação efetiva dos beneficiários de prestações sociais.	Medida 8 - Rendimento Social de Inserção	Apoiar as pessoas ou famílias que se encontrem em situação de grave carência económica e em risco de exclusão social.	Revisão global do regime jurídico do Rendimento Social de Inserção, no sentido do reforço do seu carácter transitório e da natureza contratual da prestação, constitutiva de direitos e obrigações para os seus beneficiários, enquanto instrumento de inserção e de coesão social. Dado novo enfoque aos deveres de procura ativa de emprego, de frequência de ações de qualificação profissional e de prestação de trabalho socialmente útil como formas de inserção socioprofissional dos titulares da prestação e dos membros do seu agregado familiar.	Decreto-Lei 133/2012, de 27 de junho (alterou a Lei n.º 13/2003, de 21 de maio)			É uma medida claramente destinada ao combate à exclusão social. Pode, contudo, ter impacto na incidência da pobreza, na baixa intensidade de trabalho e privação material severa, tendo em conta que poderá influenciar, entre outros, o item "Sem capacidade financeira para ter uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de 2 em 2 dias".		Montante Processados de PPRSI em cada ano: 2011 – 366.570.453,61 2012 – 348.281.565,55 2013 – 279.256.000,91 2014 – 251.738.706,51	A evolução realizada resulta de alterações que pretendem trazer maior rigor na atribuição da prestação e recuperar o seu carácter transitório. Nesse sentido, a aproximação do mercado de trabalho destes beneficiários é inequívoca, tendo sido tornado obrigatória a sua inscrição no IEFP. Em 2012 foram inscritos cerca de 63 mil beneficiários e em 2013 eram 115 mil, entrando assim em procura ativa de emprego e programas de formação. Em 2014 cerca de 52 mil beneficiaram da Medida Vida Activa.
		Medida 9 - Abono de família	Possibilitar aos beneficiários da correspondente prestação que, caso se verifique uma alteração de rendimentos ou da composição do agregado familiar do titular ou titulares do abono de família para crianças e jovens que determine a alteração do rendimento de referência a considerar na determinação do escalão de rendimentos, vejam o seu escalão de abono de família alterado.	Definição dos termos e procedimentos para reavaliar o escalão de rendimentos sempre que, após a apresentação da prova anual, se verifique uma alteração de rendimentos ou da composição do agregado familiar que determine a alteração dos rendimentos de referência.	Portaria 344/2012, de 26 de outubro.			O abono de família é uma medida com impacto na incidência da pobreza e na privação material por via do aumento de rendimentos a agregados com crianças.		Montante processados de abono de família desde a entrada em vigor da portaria: 2013 - 610.020.534 euros 2014 – 433.130.807 euros	Desde a entrada em vigor da portaria foram efetuadas um total de 148.533 reavaliações (abrangendo 131.442 beneficiários), que resultaram na perda do direito à prestação para 827 beneficiários e na subida de escalão para 73.579 deles.
		Medida 10 - Alargamento da proteção no desemprego	Alargar a proteção no desemprego a trabalhadores independentes economicamente dependentes, empresários em nome individual e a membros dos órgãos estatutários de pessoas coletivas com funções de gestão.	Alargamento da proteção no desemprego, inicialmente só reconhecida a trabalhadores por conta de outrem, a trabalhadores independentes economicamente dependentes, a empresários em nome individual e a membros dos órgãos estatutários de pessoas coletivas com funções de gestão.	Decreto-Lei 65/2012, de 15 de março Decreto-Lei 12/2013, de 25 de janeiro			O subsídio de desemprego é uma medida com impacto na incidência da pobreza e na privação material por via do aumento de rendimentos.		Montante Processado de desemprego por cessação do posto de trabalho em cada ano: 2013 - 749.258 2014 – 2.611.783	O número de beneficiários com processamento de prestações de desemprego por cessação do posto de trabalho foi em cada ano: 2013 - 327 2014 - 939
		Medida 11 - Tarifas sociais (transportes, gás e eletricidade)	Apoiar os indivíduos e famílias, permitindo que reduzam as suas despesas de eletricidade, gás e transportes públicos.	Criação de uma tarifa social no preço dos transportes públicos. Os descontos sociais de energia incluem um Apoio Social Extraordinário ao Consumidor de Energia, uma Tarifa Social de Gás e uma Tarifa Social de Eletricidade, descontos que são cumulativos. Trata-se de um Apoio Social Extraordinário ao Consumidor de Energia – ASECE. A Tarifa Social da Eletricidade e a Tarifa Social do Gás Natural traduzem-se em apoios para os indivíduos e famílias, permitindo que reduzam as suas despesas de eletricidade e gás natural. Equivalem a um desconto efetuado na fatura da eletricidade e do gás natural, o qual é definido, anualmente, pelo Governo.	Medida inscrita no Programa de Emergência Social			Com impacto na privação material. Por exemplo, item "manter casa adequadamente aquecida".		Estima-se que o impacto desta medida no Orçamento do Estado seja na ordem dos 30 milhões de euros anuais	De acordo com o Orçamento de Estado de 2015, estima-se abranger, com as tarifas sociais de energia, cerca de 500 mil pessoas.
		Medida 12 - Pensões sociais	Atualizar das pensões mínimas, rurais e sociais.	Aumento do valor das pensões sociais de velhice, de invalidez e de sobrevivência.				Com impactos prováveis na incidência e intensidade da pobreza e na privação material.		Os valores de execução financeira representaram em dezembro 2014: pensões de velhice - 11.045.920,91 euros, pensões de invalidez - 11.271.044,14 euros, pensões de sobrevivência - 228.340,00 euros	Número de beneficiários em dezembro de 2014: pensões de velhice - 47.295, pensões de invalidez - 50.741, pensões de sobrevivência - 27.114. Em dezembro 2014, o número de beneficiários atingiu os 47.298.
		Medida 13 - Remuneração mínima mensal garantida	Aumentar a remuneração mínima mensal garantida.	Aumento da remuneração mínima mensal garantida dos 485 euros para os 505 euros.		Medida implementada em outubro de 2014.		Com impactos na incidência da pobreza e na privação material por via do aumento dos rendimentos.			

Número da REP (1)	Sub-categoria da REP (2)	Nº e nome da medida (3)	Informação acerca das medidas previstas e das medidas já promulgadas								Impactos previstos
			Descrição das principais medidas com relevância direta para o cumprimento da REP					Metas Europa 2020	Desafios/Riscos	Implicações orçamentais	Elementos qualitativos
			Principais objectivos e relevância para a REP (4)	Descrição da medida (5)	Instrumentos legais/ administrativos (6)	Calendarização dos progressos alcançados nos últimos 12 meses (7)	Calendarização dos próximos passos (8)	Contribuição estimada para as metas da Europa 2020 (9)	Desafios/riscos específicos da implementação das medidas (10)	Variação total e anual na receita e despesa do Estado Contribuição dos fundos da UE (fonte e montantes) (11)	Descrição qualitativa dos impactos previstos e respetiva calendarização (12)
REP 4	Melhorar a qualidade e relevância do sistema de ensino para o mercado de trabalho, a fim de reduzir o abandono escolar precoce e abordar a questão das baixas taxas de desempenho do ensino.	Medida 1 - reorganização das matrizes curriculares dos ensinos básico e secundário	Promover a qualidade da educação e o sucesso educativo. Combater o abandono escolar.	Criação de novas ofertas educativas e adaptação de currículos com conteúdos considerados relevantes que respondam ao que é fundamental para os alunos e assegurem a inclusão de todos no percurso escolar.	Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho Decreto-lei n.º 91/2013, de 10 de julho	Em continuidade ao longo do ano lectivo.	As medidas educativas previstas para 2014 mantêm-se em 2015.		Assegurar alinhamento entre os recursos docentes e a nova estrutura curricular.		Promoção da qualidade do sucesso educativo. Redução da taxa de abandono escolar precoce, no âmbito da escolaridade obrigatória. Maior acessibilidade dos alunos aos ensinos básico e secundário. Maior valorização dos Agrupamentos de Escolas/Escolas não agrupadas. Aumento da taxa de acesso ao ensino superior.
		Medida 2 - elaboração de metas curriculares e ajustamentos aos programas das disciplinas	Promover a qualidade da educação e o sucesso educativo. Combater o abandono escolar. Permitir que todos os alunos tenham a oportunidade de adquirir um conjunto de conhecimentos e de desenvolver capacidades fundamentais nas disciplinas essenciais.	Elaboração de metas curriculares para os diferentes anos de escolaridade ou ciclos e ajustamento dos programas das disciplinas todos como necessários. Implementação de um plano nacional de formação de professores sobre as metas curriculares de Português e Matemática, que envolve todas as escolas, em todos os ciclos e níveis de ensino.	Despacho n.º 5306/2012, de 18 de abril Despacho N.º 15971/2012, de 14 de dezembro Despacho N.º 151/2015, de 7 de janeiro Despacho N.º 9633/2014, de 25 de julho	Em continuidade ao longo do ano lectivo. Programa de formação de professores. Formação de formadores (início Março de 2013); formação de professores a nível nacional (entre junho de 2013 e janeiro de 2015); formação nos centros de formação de Associações de escolas (início em março de 2014 e ainda a decorrer).	As medidas educativas previstas para 2014 mantêm-se em 2015.		Assegurar a continuidade da formação dos docentes. Alinhar a formação inicial dos docentes aos conteúdos fundamentais dos novos programas.		Promoção da qualidade do sucesso educativo. Redução da taxa de abandono escolar precoce, no âmbito da escolaridade obrigatória. Maior acessibilidade dos alunos aos ensinos básico e secundário. Maior valorização dos Agrupamentos de Escolas/Escolas não agrupadas. Aumento da taxa de acesso ao ensino superior.
		Medida 3 - incentivo à autonomia pedagógica e organizativa das escolas	Promover a qualidade da educação e o sucesso educativo. Combater o abandono escolar.	Incentivo à autonomia pedagógica e organizativa das escolas na gestão do currículo, designadamente, na flexibilidade da gestão dos horários e na adequação de medidas de apoio e acompanhamento a alunos, através da deteção atempada das dificuldades e consequente aplicação de medidas adequadas, seja em apoios específicos, seja em grupos de homogeneidade relativa ou outros mecanismos previstos nos normativos em vigor ou criados no âmbito da autonomia das escolas; no exercício da responsabilidade social pela educação em cada contexto escolar, através do incentivo da atribuição de horas de crédito semanal, dependendo de critérios como a capacidade de gestão dos recursos, o número de turmas, a progressão dos resultados escolares, a atenção dos resultados internos em relação com os externos e o sucesso escolar; na possibilidade da escolha das suas ofertas complementares como disciplinas autónomas, nos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, em resposta a objetivos definidos no projeto educativo.	Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho Despacho Normativo n.º 7/2013, de 11 de junho		As medidas educativas previstas para 2014 mantêm-se em 2015.		Dificuldade de apropriação da autonomia explicitada no despacho por parte das escolas.		Promoção da qualidade do sucesso educativo. Redução da taxa de abandono escolar precoce, no âmbito da escolaridade obrigatória. Maior acessibilidade dos alunos aos ensinos básico e secundário. Maior valorização dos Agrupamentos de Escolas/Escolas não agrupadas. Aumento da taxa de acesso ao ensino superior.
		Medida 4 - Escolaridade obrigatória de 12 anos	Garantir a promoção da qualidade e da exigência no ensino e o desenvolvimento de todos os alunos. Combater o abandono escolar.	Consolidação da escolaridade obrigatória e alargamento da universalização da Educação Pré-Escolar. Definição de medidas a considerar para prevenir o insucesso e o abandono escolares, nomeadamente: obrigatoriedade de implementação de medidas de prevenção do insucesso escolar, logo que detetadas as primeiras dificuldades desde 1.º ciclo do ensino básico (um acompanhamento dos alunos atempado, logo a partir do 1.º ano de escolaridade, que colmate as primeiras dificuldades de aprendizagem); criação de períodos de acompanhamento extraordinário para os alunos dos 1.º e 2.º ciclos com insucesso na avaliação externa, estabelecido no calendário escolar; implementação de um sistema modular, como via alternativa ao currículo do ensino básico geral, para os alunos maiores de 16 anos (através desta modalidade, quem abandonou precocemente a escola, sem concluir o ensino básico, terá uma segunda oportunidade para concluí-la); encaminhamento para uma oferta educativa adaptada ao perfil do aluno, após redefinição do seu percurso escolar, resultante do parecer das equipas de acompanhamento e orientação.	Decreto-lei n.º 176/2012, de 2 de agosto		As medidas educativas previstas para 2014 mantêm-se em 2015.		Grande esforço por parte das escolas na identificação das situações e na implementação das medidas adequadas.		Promoção da qualidade do sucesso educativo. Redução da taxa de abandono escolar precoce, no âmbito da escolaridade obrigatória. Maior acessibilidade dos alunos aos ensinos básico e secundário. Maior valorização dos Agrupamentos de Escolas/Escolas não agrupadas. Aumento da taxa de acesso ao ensino superior.

Número da REP (1)	Sub-categoria da REP (2)	Nº e nome da medida (3)	Informação acerca das medidas previstas e das medidas já promulgadas							Impactos previstos	
			Descrição das principais medidas com relevância direta para o cumprimento da REP					Metas Europa 2020	Desafios/Riscos	Implicações orçamentais	Elementos qualitativos
			Principais objetivos e relevância para a REP (4)	Descrição da medida (5)	Instrumentos legais/ administrativos (6)	Calendarização dos progressos alcançados nos últimos 12 meses (7)	Calendarização dos próximos passos (8)	Contribuição estimada para as metas da Europa 2020 (9)	Desafios/riscos específicos da implementação das medidas (10)	Variação total e anual na receita e despesa do Estado Contribuição dos fundos da UE (fonte e montantes) (11)	Descrição qualitativa dos impactos previstos e respetiva calendarização (12)
REP 4	REP 4.1 Melhorar a qualidade e relevância do sistema de ensino para o mercado de trabalho, a fim de reduzir o abandono escolar precoce e abordar a questão das baixas taxas de desempenho do ensino.	Medida 5 - incentivo à reorientação de percursos formativos	Promover a qualidade da educação e o sucesso educativo. Combater o abandono escolar.	Incentivo à reorientação de percursos formativos, através do estabelecimento de princípios de flexibilidade de escolha do percurso formativo do aluno, que se consubstancia na possibilidade de organizar, de forma diversificada, o percurso individual de formação em cada curso. Estabelece-se também a possibilidade de o aluno reorientar o seu próprio percurso formativo, através da mudança de curso, mediante recurso ao regime de permeabilidade ou ao regime de equivalência, entre as disciplinas que integram os planos de estudos do curso de origem e as do curso de destino.	Decreto-Lei nº 139/2012, de 5 de julho Decreto-lei n.º 176/2012, de 2 de agosto		As medidas educativas previstas para 2014 mantêm-se em 2015.		Absoluta necessidade de um bom funcionamento dos serviços de orientação escolar. Uma boa divulgação dos recursos existentes (portal das qualificações).		Promoção da qualidade do sucesso educativo. Redução da taxa de abandono escolar precoce, no âmbito da escolaridade obrigatória. Maior acessibilidade dos alunos aos ensinos básico e secundário. Maior valorização dos Agrupamentos de Escolas/Escolas não agrupadas. Aumento da taxa de acesso ao ensino superior.
	Medida 6 - ofertas formativas especificamente concebidas para o combate ao abandono escolar	Promover a qualidade da educação e o sucesso educativo. Combater o abandono escolar.	Exemplos de outras ofertas formativas especificamente concebidas para o combate ao abandono escolar: Programa dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária, recentemente alargado, destinado especificamente a escolas integradas em territórios socialmente desfavorecidos, com altos índices de abandono escolar precoce, detetados por via do sistema de informação MIS; Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF), desenvolvido em parceria com o Ministério do Emprego e Segurança Social; Percursos Curriculares Alternativos (PCA), uma medida de caráter temporário e excecional a aplicar depois de esgotada a possibilidade de encontrar outro tipo de respostas, quando os alunos não demonstram progressos nos resultados escolares, mesmo após a adoção de outras medidas de promoção do sucesso escolar, e destinada a grupos específicos de alunos até aos 18 anos de idade, inclusive, com pelo menos 2 retenções por ciclo, com idade mínima de 13 anos no 2.º ciclo do ensino básico ou de 15 anos no 3.º ciclo do ensino básico, em risco de abandono escolar devidamente comprovado, com problemas de integração na comunidade escolar ou com ameaça de risco de marginalização e de exclusão social; cursos com Planos Próprios, oferecidos por escolas específicas que, a partir da base dos Cursos Profissionais, adequam a sua oferta ao contexto das escolas e às ofertas empresariais locais.	Decreto-Lei nº 139/2012, de 5 de julho Despacho normativo n.º 20/2012, de 3 de outubro Despacho n.º 6/2014, de 26 de maio Despacho normativo n.º 5-A/2014		As medidas educativas previstas para 2014 mantêm-se em 2015.	Grande esforço por parte das escolas na identificação das situações e implementação das medidas adequadas.		Promoção da qualidade do sucesso educativo. Redução da taxa de abandono escolar precoce, no âmbito da escolaridade obrigatória. Maior acessibilidade dos alunos aos ensinos básico e secundário. Maior valorização dos Agrupamentos de Escolas/Escolas não agrupadas. Aumento da taxa de acesso ao ensino superior.		
	Medida 7 - ensino à distância	Proporcionar um contexto de aprendizagem a distância, destinada a públicos diversos que não encontram no ensino presencial resposta adequada às características de mobilidade familiar ou outras resultantes de situações pessoais de natureza temporária.	A aprendizagem concretiza-se com recurso a uma plataforma de e-learning, sendo os alunos acompanhados por professores tutores, possibilitando aos alunos que de outra forma estariam excluídos da regular frequência escolar o acesso à escolaridade.	Portaria n.º 85/2014, de 15 de abril		As medidas educativas previstas para 2014 mantêm-se em 2015.			Promoção da qualidade do sucesso educativo. Redução da taxa de abandono escolar precoce, no âmbito da escolaridade obrigatória. Maior acessibilidade dos alunos aos ensinos básico e secundário. Maior valorização dos Agrupamentos de Escolas/Escolas não agrupadas. Aumento da taxa de acesso ao ensino superior.		
	Medida 8 - apoio à aprendizagem da língua portuguesa	Promover o sucesso educativo dos alunos migrantes recém-chegados ao sistema educativo português. Assegurar a qualidade de oportunidades a todos os alunos com outra língua materna que não o português.	Implementação de políticas educativas de apoio à aprendizagem da língua portuguesa, enquanto objeto de estudo e como língua de escolarização, através da oferta da área curricular de Português Língua Não Materna (PLNLM), desde o 1.º ciclo do ensino básico ao ensino secundário. Criação de condições equitativas de acesso ao currículo e ao sucesso educativo, independentemente da língua, cultura, condição social, origem e idade. A aplicação desta medida decorre de um processo de posicionamento em nível de proficiência linguística dos alunos recém-chegados ao sistema de ensino português, através de uma avaliação de diagnóstico, realizada na escola em que os alunos se encontram, com recurso à elaboração do seu perfil sociolingüístico e à aplicação de teste de diagnóstico de PLNLM.	Decreto-Lei nº 139/2012, de 5 de julho		As medidas educativas previstas para 2014 mantêm-se em 2015.	Obriga a um esforço em cada escola na preparação dos horários de modo a juntar grupos homogêneos na disciplina de língua não materna.		Promoção da qualidade do sucesso educativo. Redução da taxa de abandono escolar precoce, no âmbito da escolaridade obrigatória. Maior acessibilidade dos alunos aos ensinos básico e secundário. Maior valorização dos Agrupamentos de Escolas/Escolas não agrupadas. Aumento da taxa de acesso ao ensino superior.		
	Medida 9 - Estatuto do Aluno e Ética Escolar	Prosseguir os princípios gerais e organizativos do sistema educativo português, promovendo, em especial, o mérito, a assiduidade, a responsabilidade, a disciplina, a integração dos alunos na comunidade educativa e na escola, a sua formação cívica, o cumprimento da escolaridade obrigatória, o sucesso escolar e educativo e a efetiva aquisição de conhecimentos e capacidades.	Aprovação do Estatuto do Aluno e Ética Escolar, que estabelece os direitos e os deveres do aluno dos ensinos básico e secundário e o compromisso dos pais ou encarregados de educação e dos restantes membros da comunidade educativa na sua educação e formação.	Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro		As medidas educativas previstas para 2014 mantêm-se em 2015.	Grande articulação com os pais e Encarregados de Educação.		Promoção da qualidade do sucesso educativo. Redução da taxa de abandono escolar precoce, no âmbito da escolaridade obrigatória. Maior acessibilidade dos alunos aos ensinos básico e secundário. Maior valorização dos Agrupamentos de Escolas/Escolas não agrupadas. Aumento da taxa de acesso ao ensino superior.		
	Medida 10 - Programa mais sucesso escolar	Apoiar o desenvolvimento de projetos de prevenção e de combate ao insucesso escolar no ensino básico.	Apoio ao desenvolvimento de projetos apresentados pelas escolas, no âmbito das medidas promotoras de sucesso escolar, designadamente no que respeita à constituição temporária de grupos de alunos em termos de desempenho escolar, em disciplinas estruturantes.				Diminuir a taxa de abandono precoce de educação e formação.				
		Medida 11 - Sistema de ensino orientado para o mercado de trabalho	Melhorar a qualidade e relevância do sistema de ensino para o mercado de trabalho.	Definição de enquadramento legal para o ensino e formação profissional dual de nível secundário, através da criação de uma oferta única de educação e formação profissional de jovens, que confere o nível 4 do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ), consubstanciada numa matriz integradora das diferentes modalidades profissionalizantes dirigidas a jovens, atualmente existentes em Portugal.				Aumentar a taxa de emprego do grupo 20-64 anos. Diminuir a taxa de abandono precoce de educação e formação.			

Número da REP (1)	Sub-categoria da REP (2)	Nº e nome da medida (3)	Informação acerca das medidas previstas e das medidas já promulgadas								Impactos previstos	
			Descrição das principais medidas com relevância direta para o cumprimento da REP					Metas Europa 2020	Desafios/Riscos	Implicações orçamentais	Elementos qualitativos	
			Principais objectivos e relevância para a REP (4)	Descrição da medida (5)	Instrumentos legais/ administrativos (6)	Calendarização dos progressos alcançados nos últimos 12 meses (7)	Calendarização dos próximos passos (8)	Contribuição estimada para as metas da Europa 2020 (9)	Desafios/riscos específicos da implementação das medidas (10)	Variação total e anual na receita e despesa do Estado Contribuição dos fundos da UE (fonte e montantes) (11)	Descrição qualitativa dos impactos previstos e respetiva calendarização (12)	
REP 4	REP 4.2 Assegurar a eficiência das despesas públicas no setor da educação e reduzir a falta de correspondência das competências relativamente ao mercado de trabalho, designadamente melhorando a qualidade e a capacidade de atração do ensino e formação profissionais e incentivando a cooperação com o setor empresarial.	Medida 1 - Medida Vida Ativa	Reduzir a falta de correspondência das competências relativamente ao mercado de trabalho, melhorando a qualidade e a capacidade de atração do ensino e formação profissionais	Medida que visa integrar os desempregados de forma mais rápida em percursos de formação modular ou em processos de reconhecimento, validação e certificação de competências, nas vertentes profissional e de dupla certificação, com vista à aquisição de competências relevantes para o mercado de trabalho, que potenciem ou valorizem as que já possuem, e à mobilização para processos subsequentes de qualificação ou reconversão profissional, particularmente em setores de bens ou serviços transacionáveis	Portaria n.º 203/2013, de 17 de junho			Aumentar a taxa de emprego do grupo 20-64 anos.				
		Medida 2 - Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional (CQEP)	Reduzir a falta de correspondência das competências relativamente ao mercado de trabalho, melhorando a qualidade e a capacidade de atração do ensino e formação profissionais	Estruturas fundamentais para a disponibilização de ofertas de qualificação articuladas e adequadas às necessidades individuais e do mercado de trabalho, bem como para a otimização de recursos e meios humanos e materiais, promovendo processos de orientação de jovens e de adultos e o desenvolvimento de processos de RVCC profissionais ou de dupla certificação	Portaria n.º 135-A/2013, de 26 de março			Aumentar a taxa de emprego do grupo 20-64 anos Diminuir a taxa de abandono precoce de educação e formação				
		Medida 3 - Sistema de Antecipação de Necessidades de Competências	Melhorar a qualidade e relevância do sistema de ensino para o mercado de trabalho	Sistema de identificação de necessidades de qualificações e de indicação de áreas e saídas profissionais prioritárias para a rede de educação e formação que irá permitir orientações claras para a definição da rede de ofertas formativas, bem como para a atualização do Catálogo Nacional de Qualificações				Aumentar a taxa de emprego do grupo 20-64 anos Diminuir a taxa de abandono precoce de educação e formação				
		Medida 4 - cursos de ensino vocacional	Promover um ensino metodologicamente direcionado para uma abordagem prática, assegurando a continuidade dos estudos, proporcionando o desenvolvimento de capacidades de âmbito profissional aos alunos	Reforço de uma oferta de alternativas formativas mais adequada aos interesses vocacionais e profissionais dos alunos e, em simultâneo, de uma orientação vocacional e profissional que permita um aconselhamento aos jovens. Criação da oferta de Cursos de Ensino Vocacional, cujo público-alvo é constituído por jovens com mais de 13 anos, designadamente vocacionados para um ensino mais prático, que manifestem insatisfação com os estudos do ensino básico geral e procurem uma alternativa a este tipo de ensino	Portaria n.º 292-A/2012, de 26 de setembro Despacho n.º 4663/2013, de 3 de abril Portaria n.º 276/2013, de 23 de agosto	Em continuidade ao longo do ano lectivo. Cronograma da candidatura dos vocacionais: apresentação de candidaturas (abril), análise e elaboração de pareceres (maio e junho), aprovação (finais de junho)	As medidas educativas previstas para 2014 mantêm-se em 2015	Renovação e respetiva adequação dos cursos. Exigência de uma grande articulação entre escolas, autarquias, empresas e institutos politécnicos				
	REP 4.3 Reforçar a cooperação entre a investigação pública e o setor empresarial e impulsionar a transferência de conhecimentos	Medida 1 - Lançamento do Objetivo temático do POO Programa Operacional Competitividade e Internacionalização no âmbito do Programa Portugal 2020	Alinhar a aplicação dos fundos comunitários com o programa de reformas estruturais	Projetos de I&D promovidos por empresas, compreendendo atividades de investigação industrial e desenvolvimento experimental, conducentes à criação de novos produtos, processos ou sistemas ou à introdução de melhorias significativas em produtos, processos ou sistemas existentes. Programas doutorais em ambiente empresarial. Global Start-up Programme, A UTEN – colaboração com a Universidade americana de Carnegie-Mellon, parceria com o MIT, incubadora para apoio a start-ups	Decreto-Lei n.º 137/2014	Concursos já abertos no âmbito do Sistemas de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (Início: 30-03-2015) Global start-up: 3 concursos realizados, dos quais resultou o apoio a 19 empresas de um universo de 82 concorrentes, com um financiamento médio de 0,75 milhões de euros por ano; UTEN – 4 incubadoras, 45 empresas parceiras, 6 parques tecnológicos, 92 unidades de transferência de tecnologia e 27 estágios; Carnegie-Mellon - 4 milhões euros/ano, 8 startups/spinoffs, 26 empresas com projectos R&D; MIT - 4 milhões euros/ano, 10 startups/spinoffs, 36 empresas com projectos	Em 2015, os instrumentos e as medidas de políticas são desenhados e inicia-se a sua implementação				GERD 2,7% in 2020	
		Medida 2 - Inserção de investigadores doutorados nas empresas	Promover a transferência de conhecimento	Sistema de incentivo através de bolsas para doutorados nas empresas e cátedras cofinanciadas pela indústria		7 programas de doutoramento, envolvendo 187 doutorados com experiência empresarial. Pretendemos promover a mobilidade de 1000 doutorados para o sector industrial no âmbito do programa Portugal 2020					GERD 2,7% in 2020	